



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

EXTENSÃO E O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: um exercício de construção de autonomia profissional

DÉBORA SPOTORNO MOREIRA MACHADO FERREIRA ¹
JÉSSICA OLIVEIRA MONTEIRO ¹

Resumo: O presente artigo reflete sobre a atuação do Serviço Social na política de educação com extensão escolar/acadêmica. Tal frente de trabalho é aqui considerada uma forma de expressão e ampliação das possibilidades de autonomia profissional. Destaca-se a necessidade de reflexões e iniciativas que busquem ampliar o alcance da ação profissional para além do que institucionalmente é demandado, no horizonte do atendimento amplo às necessidades sociais, numa perspectiva crítica.

Palavras-chave: Extensão. Exercício Profissional. Autonomia Relativa. Serviço Social.

Abstract: This article reflects on the role of Social Service in education policy with school/academic extension. This work front is considered here as a form of expression and expansion of the possibilities of professional autonomy. There is a need for reflections and initiatives that seek to

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal Fluminense

expand the scope of professional action beyond what is institutionally demanded of it, within the scope of broad service to social needs, in a critical perspective.

Key-Words: Extension. Professional Work. Relative Autonomy. Social Work

O que falta ao trabalhador não é a consciência de que ele é explorado. O que falta é a consciência das muitas vidas que lhes são roubadas.
Jacques Rancière

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa provocar uma reflexão acerca das possibilidades de atuação profissional na política educacional e da contribuição teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa do assistente social junto a projetos/programas de extensão escolar/universitária. Para isso, partimos de uma experiência de trabalho profissional construído pelas autoras do presente artigo, em uma Instituição Federal de Educação Ciência e Tecnologia localizada no estado do Rio de Janeiro, como proponentes e coordenadoras de um projeto de extensão com a temática da saúde mental na escola.

Nesse sentido, as reflexões por hora desenvolvidas consideram que o Serviço Social como profissão regulamentada e socialmente referenciada, que assume explicitamente e hegemonicamente um projeto vinculado aos interesses das classes trabalhadoras. Assim, tem muito mais a oferecer do ponto de vista de suas competências e capacidades profissionais do que responder meramente àquilo que é institucionalmente demandado. Do mesmo modo em que pode aprender muito, em termos qualitativos e críticos, com a interlocução com esse tipo de experiência, que se situa no horizonte de concretização da função social das escolas e universidades.

Não pretendemos desconsiderar a condição de assalariamento e, portanto, de

parcial subordinação aos interesses dominantes explicitados nas configurações dos trabalhos a ele demandados. Tal condição é inalienável, e reconhecê-la é essencial para não limitar-se a ela e ser capaz de criar alternativas para expandir sua relativa autonomia e ocupar diversos espaços nos quais seu fazer crítico e implicado com os direitos dos sujeitos atendidos se faz necessário.

O resultado desse movimento tem uma grande possibilidade em implicar no reconhecimento do trabalho realizado, seja pelos usuários, equipe e gestão institucional. Dessa forma, a formulação de um projeto de intervenção, permite escapar com mais frequência à mera execução de imediatismos e emergências e é um primeiro passo fundamental para evitar a burocratização de nosso exercício e qualificar as respostas às demandas.

Nessa perspectiva, o presente artigo oferece reflexões baseadas em uma experiência da atuação com projeto de extensão no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia - Campus Macaé (IFFluminense). Buscamos com isso, trazê-la como potencializadora da ampliação da relativa autonomia profissional, assim como exemplo da possibilidade de extrapolar aqueles espaços ocupacionais que são tipicamente atribuídos, sendo assim, capaz de manifestar criticamente as dimensões éticas-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas do exercício profissional

2. A ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE EXTENSÃO: UM EXERCÍCIO DE CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA PROFISSIONAL

A atuação no âmbito das competências e atribuições profissionais do Serviço Social envolve uma leitura da realidade na perspectiva da totalidade, mas, também, e principalmente a defesa do projeto ético-político profissional e o exercício de construção de capacidade de ser propositivos dentro do que a realidade coloca na atuação cotidiana, para além do que é institucionalmente demandado.

Uma vez colocada a possibilidade de uma autonomia profissional relativa (Iamamoto, 2005), a chance de ocupar novos espaços de atuação está posta e a correlação de forças institucional, assim como o contexto histórico, as condições

objetivas e subjetivas dos sujeitos envolvidos no processo de trabalho serão fatores determinantes para a efetivação daquilo que teleologicamente se objetiva alcançar.

Por isso, ressaltamos no título desta seção que a autonomia profissional é um exercício de construção. Ou seja, ela não está dada. Ainda que as correlações de forças e múltiplos fatores sejam preponderantes, não impossíveis de tensionar e manejar.

Inserido em uma divisão sociotécnica de trabalho, o assistente social vende a sua força de trabalho e sua condição de assalariamento submete-o às exigências daquele que o contrata, seja o Estado, seja o capital privado.

Em se tratando da política da educação, o que, ordinariamente, tem justificado a necessidade de contratação de assistentes sociais (especialmente na esfera federal) é a atuação na política de assistência estudantil, mais especificamente na gestão, operacionalização e execução dos editais de bolsas e auxílios custeado por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº7.234/2010), conforme também destaca o estudo de Prada e Garcia (2017). Nesse sentido, verificamos que a produção e atuação profissional na educação e mais especificamente da educação profissional e tecnológica, assim como na superior, tem majoritariamente se dado nessa política.

Logo, o que institucionalmente é requerido do Serviço Social, tem sido a administração da pobreza via gestão dos escassos recursos públicos destinados à garantia de uma permanência que sequer é possível efetivar. Entretanto, a inserção na política de educação, concede inúmeras outras possibilidades de atuação e contribuições, dado seu perfil investigativo, criativo e propositivo, bem como sua perspectiva crítica de leitura da realidade.

A função pedagógica do assistente social, conforme estudo de Abreu (2002), desde uma perspectiva emancipatória, pode movimentar o exercício profissional no desvelamento das determinações existentes nesse real, evidenciando outras necessidades e expressões da *questão social* acerca das quais tem total condição de contribuir, sobretudo em se tratando de um espaço de atuação educacional e formativo, como é o caso de escolas, e assim, ressignificar as respostas às demandas que institucionalmente o são atribuídas. Logo, “por meio do exercício

desta função, a prática do assistente social insere-se no campo das atividades que incidem sobre a organização da cultura, constituindo-se elemento integrante da dimensão político-ideológica das relações de hegemonia.” (ABREU, 2002, p. 17/18).

Assim, o trabalho do assistente social tem uma dupla possibilidade: tanto pode ser usado para legitimar desigualdades e aprofundar as relações de subalternização, atendendo aos interesses do sistema, quanto pode desenvolver ações que sejam favoráveis a estimular reflexões críticas acerca da dominação e contribuir, assim, para mobilização dos sujeitos e organização da classe trabalhadora.

Tal dimensão educativa está colocada independente da consciência que o profissional tenha ou não dela. Independente de o assistente social reconhecer qual a direção imprime em seu fazer profissional, de ser capaz de identificar qual lado alimenta e reforça com seu discurso e prática, necessariamente, também educa os sujeitos atendidos, sejam indivíduos, grupos ou movimentos.

A participação nos mais diversos espaços dentro da instituição escolar, nas definições curriculares, dos projetos pedagógicos, nos conselhos de classe, nas reuniões orçamentárias, nos grupos de pesquisa, e, também, nos projetos de extensão aproximam diariamente o Serviço Social da vida escolar e dos sujeitos que ali estabelecem relações, permitindo que o assistente social encontre inovadores espaços de inserção.

Entretanto, tal inserção não pode ser entendida como decorrente do mero interesse individual do profissional, como se o fato de ela não se efetivar também fosse resultado de uma incapacidade ou falta de disposição do assistente social (Iamamoto, 2012). A vontade e a competência profissional não são os únicos, nem sequer os principais determinantes nesse processo. A proposição e a realização de diversas ações profissionais se dão mediadas por uma série de condições objetivas e subjetivas que perpassam todo espaço ocupacional, bem como as referências que esses profissionais tiveram na formação e utilizam em sua atuação.

Um dos elementos a serem considerados é a condição de contratação das autoras, via concurso público, o que sem sombra de dúvidas, colabora com a ampliação da autonomia profissional. O fato de os profissionais terem sua estabilidade funcional permite que possam colocar para a instituição e seus

superiores suas competências e, assim, propor novos projetos. Tal condição permite ainda que os assistentes sociais nessa relação contratual possam, também, oporem-se à realização de algumas tarefas para as quais não são capacitados e/ou são eticamente impedidos.

Mesmo sendo a forma de contratação um fator importante a ser considerado quando tratamos da relativa autonomia e das possibilidades de inserção profissional em setores distintos nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, é importante considerar que

A estabilidade do vínculo... por si só não assegura uma maior autonomia, já que a falta de condições de trabalho, a falta de infraestrutura, a falta de reconhecimento profissional, aliadas à precariedade e focalização das políticas sociais, são questões que perpassam o seu cotidiano profissional (RODRIGUES et al., 2014, p. 82).

Entre os elementos destacados pelos referidos autores como determinantes na definição do nível de autonomia profissional, queremos destacar o reconhecimento institucional. Nesse sentido, cabe refletirmos que tal reconhecimento precisa se dar ao longo do desenvolvimento da atuação dos assistentes sociais. Quanto a isso, antes é importante frisarmos duas questões. A primeira, é que o não reconhecimento institucional também não é sinônimo de incompetência profissional, pode até mesmo acontecer quando a instituição caminha em uma direção totalmente contrária da defesa ética do profissional e de seu projeto de intervenção. A segunda, é que quando tratamos de reconhecimento institucional não estamos dizendo sobre a recepção de meros aplausos, nem muito menos de ocuparmos lugar de destaque ou posição de poder na instituição. Atribuímos à valorização de pareceres técnicos, a requisição de participação em reuniões de caráter deliberativo, a convocação para participar de comissões dos mais variados conteúdos, o respeito à opinião do profissional, o pedido de suporte e acompanhamento ampliado dos sujeitos, o trabalho em equipe valorizado, entre outros indícios de que há um reconhecimento do trabalho que vem sendo realizado. Tal reconhecimento também corrobora para a construção de autonomia profissional que, uma vez tendo seu trabalho considerado indispensável à diversos âmbitos de atuação da instituição, passam a ocupar legitimamente esses setores e assim podem atender de maneira mais ampla os

interesses, necessidades e direitos de seus usuários.

Esse reconhecimento inicia-se naquelas demandas que são reconhecidas social e institucionalmente como próprias do Serviço Social. Com isso, queremos dizer que dificilmente um assistente social recém chegado à uma instituição de ensino seria reconhecido em uma política que não fosse a de assistência estudantil ou que não estivesse vinculado ao trabalho por ele exercido nos editais de bolsas e auxílios.

Logo, chamamos a atenção para a possibilidade de os assistentes sociais valerem-se exatamente dessas demandas e construírem um projeto que seja evidenciador do seu potencial profissional para além do que lhe é institucionalmente demandado. Mas o que queremos dizer com isso? É exatamente tornar evidente a todos os atores institucionais por meio do que lhe foi passado como demanda, que sua formação, competência e capacidade intelectual e técnico operacional estão para além disso. Isso porque,

É certo que o projeto da instituição compõe o arsenal de conhecimento a ser levado em conta pelo assistente social, mas não encerra aquilo que a profissão tem a oferecer. Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição satisfazer, resguardando-se as características da natureza pública ou privada, mas mantendo-se o compromisso com estratégias que traduzem o trabalho do assistente social como espaço coletivo e democrático. (COUTO, 2009, p. 653)

Sendo assim, no caso da educação, é, por exemplo, na atuação nos editais de bolsas e no acompanhamento dos estudantes que os assistentes sociais vão criando seus espaços nos conselhos de classe, nas reuniões pedagógicas, nos planejamentos de curso, na elaboração dos projetos políticos pedagógicos, nos planejamentos orçamentários, etc. Desse modo, evidenciam o que a profissão tem mais a oferecer nas demandas que a instituição precisa responder, qualificando tecnicamente a resposta em uma dimensão crítica com elementos que muitas das vezes apenas o assistente social é capaz de incorporar a essas respostas.

É nesse movimento que a participação, o parecer, as proposições tornam-se essenciais. Contudo, esse é um processo longo que precisa ser trilhado dentro do que já está dado para que possa ser percorrido ao nível do que se quer propor. A

ampliação da sua autonomia no que diz respeito inclusive às possibilidades de inserir-se em outros espaços de atuação acaba passando pela demonstração de competência política e técnica dos assistentes sociais em suas intervenções já legitimadas institucionalmente. Acerca dessas competências temos que:

A competência política advém de sua capacidade de negociar com a instituição e estabelecer parcerias para atender da forma mais equânime possível às demandas que lhe são colocadas. E a competência técnica pressupõe dispor dos conhecimentos teórico-metodológicos e, também, técnico-operativos para propor alternativas às situações colocadas (TABORDA, *et alii*, 2015, p. 4).

Por conseguinte, não tem como deixar de atender às demandas institucionais que lhe são típicas, específicas e que, até, de certa maneira justificam a sua contratação para aquela política e historicamente garantiu a expansão de vagas ao Serviço Social na educação. Isso porque, “embora os assistentes sociais possam atribuir uma direção social ao seu exercício, a interferência dos organismos empregadores ocorre através do estabelecimento de metas, normas, atribuições, condições de trabalho e relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 18).

As demandas existem, os prazos de edital, o número de processos, a escassez dos recursos institucionais e do orçamento, as relações institucionais nas equipes multiprofissionais, etc. Porém, há alternativa e ela passa, impreterivelmente, pelo trabalho desenvolvido de maneira crítica e reflexiva onde o assistente social seja capaz de criar o seu projeto de intervenção próprio evitando confundi-lo com o institucional, conforme (Couto, 2009). Isso porque, “sem o processo reflexivo sobre a prática profissional, o desafio para superar o contexto adverso passa a ser maior, dado que os limites da prática profissional emergente não possibilitam (sic) a superação de ações institucionais imediatas” (PRADA E GARCIA, 2017, p.320).

Quando os profissionais conseguem identificar as demandas e avaliar se elas de fato correspondem às necessidades que são evidenciadas no seu fazer profissional, eles tornam-se capazes de, inclusive, identificar quais são suas prioridades de atuação e o que precisam propor e não apenas cumprir. O planejamento e a organização do trabalho partindo dessas premissas permite que a atuação profissional escape ao imediatismo, sendo esse mais um motivo para a

conquista do reconhecimento institucional.

Além disso, não podemos perder de vista que “(...) a educação não é um campo tradicional de trabalho das assistentes sociais, e sim de outros profissionais que já legitimaram esse espaço, como os professores e pedagogos” (PRADA E GARCIA, 2017, p.320). Por isso, o trabalho desempenhado de maneira planejada, comprometida e técnica deve se dar em articulação com os demais profissionais da educação, mostrando que não se desenvolve em concorrência ao desempenhado por eles e sim em colaboração e enriquecimento.

Uma vez compreendido a importância de os assistentes sociais valerem-se de sua relativa autonomia, bem como de sua capacidade teórico-crítica e técnica para desempenhar uma atuação qualificada e assim serem capazes de expandir seus espaços de atuação dentro da instituição, apresentaremos o exemplo da atuação das autoras com um projeto de extensão em um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Pois consideramos que a construção de projetos de extensão é uma forma privilegiada de construção de autonomia profissional. Além disso, pode configurar um exercício de disputa pela condução crítica da atuação profissional, assim como ser um espaço de formação política e humana dos atores envolvidos.

3. TECENDO RELAÇÕES: SABERES E ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Na política de educação, não é suficiente que o assistente social selecione bolsas para estudantes. Conhecendo a realidade do público alvo, deve problematizá-la em espaços de fala e de influência, nos espaços de discussão e deliberação institucional, como reuniões, conselhos de classe, de campus, grupos de trabalho, etc, publicizando junto a comunidade acadêmica as expressões da questão social que são presentes na vida daqueles estudantes e de como esses fatores, necessariamente, impactam nas condições de permanência e êxito estudantil.

A questão da saúde mental é um dos exemplos de como as expressões de

pobreza e de insuficiência financeira, social, econômica e intelectual dos discentes e seus familiares produzem muito mais do que desigualdades de classe, raça e gênero. Essas determinações estão atingindo a subjetividade coletiva desses sujeitos gerando uma demanda, inalcançável, de pessoas em sofrimento mental cujas respostas carecem, urgentemente, deixar de ser individuais, exclusivamente medicamentosas e médicas.

As instituições de ensino, especialmente as públicas, necessitam pensar e propor para além do saber médico. É preciso parar de exigir laudos e CIDs como condição para atender estudantes em nítido e evidente sofrimento. Às questões escolares cabem respostas educativas. Obviamente não estamos aqui afirmando que compete à escola o papel de “solucionar” ou “resolver” o sofrimento mental de seus estudantes. Nem mesmo negando a existência e importante necessidade da atuação de profissionais especialistas tais como psiquiatras, neurologistas e psicólogos.

Todavia, não podemos ser indiferentes quanto a isso, pois essa tem sido uma demanda também da política de educação, inclusive alimentada por ela. Atuar nesse sentido pode ser um dos espaços de intervenção do Serviço Social. No caso em questão, a procura por nós assistentes sociais em casos de saúde mental crescia enormemente, dando-se não no sentido terapêutico, mas na análise de violações de direitos, casos de assédio institucional, de desrespeito à dor e sofrimento, de sobrecarga de atividades, de exaustão, de acesso à rede de políticas públicas regionais, etc.

Entendemos que falar de saúde mental não é apenas papel do psicólogo na escola. Obviamente não podemos incorrer no equívoco de atuações terapêuticas que não nos são competência, nem mesmo de assumir as respostas que jamais serão nossas. Entretanto os estudantes chegam, conhecemos as suas vidas e participamos de seus processos pedagógicos. Isso acontece na medida em que nos tornamos profissionais reconhecidos na nossa dimensão educativa e podemos participar dessa necessidade.

A participação nos conselhos de classe e reuniões pedagógicas permitiu a uma dessas profissionais identificar uma necessidade de maior preparo dos educadores

para lidar com surtos de pânico, crises de choro, desmaios e até mesmo tentativas de suicídios (duas das quais realizadas, inclusive, em ambiente escolar).

Apesar disso, o trabalho cotidiano e a existência de apenas uma assistente social na instituição, bem como a sobrecarga que a atuação em editais de bolsas lhe impunha tornou esse interesse impossível de se realizar na dimensão que se gostaria até o ano de 2020.

Acerca da sobrecarga de trabalho para os assistentes sociais nos IFs, pesquisa realizada por Prada e Garcia (2017) revela que o profissional

(...) além de ter que assumir o que lhe é privativo ou competência profissional, ainda necessita assumir outras atividades administrativas para que haja continuidade na execução do PNAES, já que é (pela gestão) e se sente, na maioria das vezes, responsabilizada por toda a sua execução. PRADA E GARCIA (2017, p.322)

Nesse sentido, a realização de trabalhos burocráticos que envolvem a gestão da política de assistência estudantil, desde a elaboração de planilhas, o lançamento de dados no sistema para pagamento de bolsas, a recepção de envelopes e entrega de protocolo aos requisitantes, a organização de arquivos entre outras atividades está sendo executadas pelos profissionais, muitas das vezes sem qualquer posicionamento contrário e/ou requisição de suporte administrativo. Logo,

Cada vez mais se observa os assistentes sociais envolvidos nas tarefas de alimentação dos sistemas de informações e no desenvolvimento de ações prescritas no nível da administração central e menos concentrados na realização de um processo interventivo que busque responder as necessidades postas pelos seus usuários no contexto das realidades locais (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 66).

A partir de 2020, com a chegada de outra assistente social no setor, por meio de cooperação técnica, foi feito um levantamento com os estudantes acerca da sua condição de vida e saúde durante o período de suspensão das atividades letivas devido a pandemia de COVID-19 e também com os professores acerca de como eles lidavam com as questões de saúde mental existentes no ambiente escolar. Também foi preponderante a identificação do aumento² exorbitante de casos de

²Tal percepção está registrada em dados de atendimentos realizados pelo Serviço Social do IFFluminense Campus Macaé ao longo dos anos de 2016 à 2019. Todos os atendimentos planilhados mostraram, por exemplo um aumento de casos de tentativa de suicídio na seguinte proporção: de 2 casos registrados em 2016, para 4 casos em 2017, 8 casos em 2018 e 13 casos em 2019. Os dados dos anos seguintes durante a pandemia não

estudantes que apresentavam transtornos e sofrimentos mentais, muitos dos quais decorrentes ou agravados pelas e nas relações pedagógicas experienciadas na escola. Com essa base, elaboramos e submetemos um projeto de extensão sobre a temática da saúde mental na escola para ser executado no ano de 2021.

Nessa esteira, gestamos a proposta de extensão “A importância da inteligência emocional na promoção da saúde mental no âmbito escolar: uma capacitação docente como estratégia de prevenção e promoção de aprendizado saudável”. O projeto de extensão, teve como objetivo geral contribuir para a formação docente do IFFluminense e da rede pública externa no que diz respeito a conhecimentos e estratégias de promoção de saúde mental no âmbito escolar, cooperando com a capacidade deste corpo de professores de somar para a construção de uma política de educação que engendre relações pedagógicas saudáveis, que se estruture na contramão de tendências individualizantes e adoecedoras, as quais se fazem presentes na sociedade contemporânea. Nesse sentido, construiu-se sua principal ação, que foi o curso de extensão “Tecendo relações: saberes e estratégias de promoção de saúde mental no âmbito escolar”, em formato online, direcionado a professores do ensino médio e fundamental II. O curso efetivamente foi ofertado de modo online, entre final de agosto a início de dezembro de 2021, com carga horária de 90h, com periodicidade semanal, entre aulas abertas no canal do Youtube do campus Macaé e rodas de conversa fechadas com os matriculados em sala virtual. O eixo mobilizador foi buscar contribuir para desmistificar a perspectiva da medicamentação e individualização do sofrimento mental dos estudantes chamando a atenção para a saúde mental como uma expressão da questão social, proveniente da própria lógica do sistema capitalista.

Para tanto, implicou diversas tarefas e articulações prévias, como parcerias internas com professores e técnicos, parceiras externas com a rede de saúde pública do município, a confecção de plano de curso, de grupos de trabalho, da página do curso, etc. O projeto foi desenvolvido com o suporte de diversos professores, psicólogos da instituição e parceiros convidados da rede municipal tanto do Centro de Referência do Adolescente quanto da Coordenação Municipal de

foram registrados dada a dificuldade de acompanhamento dos estudantes durante o modelo de trabalho remoto.

Políticas sobre Drogas, ambos do município de Macaé.

O desenvolvimento de todo o projeto coordenado pelo Serviço Social ganhou perfil de posicionamento crítico, apresentou a perspectiva de totalidade e tomou o sofrimento mental não apenas como digno de um diagnóstico e tratamento. Até porque quanto ao diagnóstico, na perspectiva coletiva, ele já existe e está baseado nos fundamentos do modo de produção capitalista. Os encontros foram compostos com as seguintes temáticas³: “Sociabilidade e adoecimento contemporâneos de adolescentes e jovens: desafios para a promoção da vida” no dia 08/09/2021 como aula aberta no Youtube e 14/09/2021 como roda de conversa por sala virtual; “Redução de danos: práticas para vida” no dia 22/09/2021 como aula aberta no Youtube e 29/09/2021 como roda de conversa por sala virtual; “Medicalização da vida e da educação” em 05/10/2021 como aula aberta no Youtube e 13/10/2021 como roda de conversa por sala virtual; “Questão Emergencial: Por que, como e quem deve falar de gênero, raça e classe nas escolas?” em 19/10/2021 como aula aberta no Youtube e 26/10/2021 como roda de conversa por sala virtual; “As relações escolares na produção e reprodução da saúde mental: conhecendo os indicadores de práticas suicidas” em 03/11/2021 como aula aberta no Youtube e 09/11/2021 como roda de conversa por sala virtual; “O papel da escola na promoção da saúde mental: perspectivas históricas, limites e possibilidades” no dia 16/11/2021 como aula aberta no Youtube e 23/11/2021 como roda de conversa por sala virtual; e por fim, “Experiências exitosas e a voz do estudante: o que precisamos saber e como podemos aprender?” em 30/11/2021 como aula aberta no Youtube e 07/12/2021 como roda de conversa por sala virtual e encerramento.

A oferta desse trabalho institucional já era do interesse do Serviço Social desde o ano de 2018, quando ficou evidente que as demandas por situações envolvendo saúde mental dos estudantes acompanhados no setor de assistência estudantil mostravam-se cada vez mais impossíveis de não se enfrentar.

Desde o ingresso de uma das autoras na referida instituição no ano de 2014 o desempenho de suas funções na política de assistência estudantil foi cotidianamente

³As aulas abertas foram transmitidas pelo canal do Youtube do IFF Macaé e ficaram gravadas. Podem ser acessadas no seguinte endereço: https://www.youtube.com/playlist?list=PL7Yw6JJJe5hCvnnCtzEYnx_ZwSb5TzJpTM

aproximando-a dos estudantes que buscavam no atendimento amparo às suas insatisfações e frustrações. Entendendo o limite de sua contribuição começou um trabalho de dar voz aos anseios dos sujeitos discentes via projetos onde os estudantes pudessem falar dos seus sentimentos e de como as relações escolares contribuem para eles.

Consideramos que a escola precisa responder a isso de maneira a reduzir danos e sobretudo problematizar a lógica que produz tais quadros. Porém, como fazer isso se o próprio sistema educacional se submete à mesma lógica capitalista de produtivismo, competitividade e cumprimento de metas?

Pensar a escola diante da saúde mental de seus sujeitos envolve, também, problematizar a saúde dos educadores aos quais são impostos currículos, procedimentos, salários desvalorizados, condições de trabalho precarizadas e um sistema educacional que desconsidera a vida, colocando as necessidades dos sujeitos abaixo da garantia do sucesso e do “progresso” econômico cuja mão de obra qualificada deve ser garantida por ele.

Todos esses fatores foram considerados para a elaboração do referido projeto de extensão que acabou por transformar-se em um curso de formação continuada com certificação da instituição e registro dos cursistas como estudantes do instituto federal.

Pensar a saúde mental para além da lógica psicologizante e incorporá-la a uma das demandas que precisam ser parte da política educacional, entendida como um elemento cujo projeto de educação que defendemos deve se posicionar e enfrentar foi o maior legado que o projeto de extensão deixou para quem dele participou. E o perfil adotado pelo referido curso só foi possível por meio da coordenação do Serviço Social do campus, comprometido com o enfrentamento às expressões da questão social identificadas em pesquisas e atendimentos realizados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do referido projeto de extensão trouxe inúmeras e inegáveis

contribuições tanto para a instituição na qual as profissionais atuam, quanto para àquelas nas quais os cursistas atuavam. Colaborou com a percepção do Serviço Social tanto na escola, quanto em relação aos sujeitos do espaço educativo, mas, principalmente com a autoconsciência dos assistentes sociais acerca das possibilidades de intervenção.

Seria o Serviço Social responsável pela legitimidade que possui no seu espaço ocupacional? Seria em decorrência da sua competência política e prática que os profissionais conseguiriam atuar para além das demandas institucionalmente postas e assim garantir o atendimento ampliado às reais necessidades da população por ele atendida?

Obviamente que essas questões não possuem respostas simples nem mesmo únicas. Não queremos trazer afirmações no sentido de individualização, culpabilização, responsabilização do Serviço Social pela solução de todos os problemas e limitações que decorrem da maneira como a estrutura social se organiza.

Entretanto, no desenvolvimento do seu trabalho, boa parte do qual institucionalmente estabelecido como seu, o assistente social tem uma formação que o permite captar aquelas determinações e elementos que dão forma às expressões da questão social que para ele se apresenta.

No exemplo aqui apresentado, a proposta do projeto de extensão em questão se deu em decorrência da realidade enfrentada no cotidiano profissional das autoras que, atuando na política de assistência estudantil, identificaram, ao longo dos anos, a necessidade de trabalhar junto à equipe docente da instituição, em especial daqueles que atuavam com a educação básica, questões relacionadas à saúde mental, vivenciada na, e pela escola.

Poder atuar na extensão com uma proposta que decorria de anos de atuação profissional cujos registros, pesquisas e anotações deixavam explícita a necessidade demonstrou que um trabalho organizado, qualificado e responsável pode ir além do que imaginamos.

Nesse sentido fica evidente que não nos basta a pesquisa, não nos basta conhecer a realidade com a qual trabalhamos, desvelar sua essência ou atender os

usuários da política em suas demandas emergenciais e imediatas, é preciso produzir intervenções sobre tudo isso para contribuir para alteração da realidade, para modificar o que está posto, construir nova hegemonia.

Fundamental também foram os aprendizados que tivemos com essas experiências. E aqui cabe finalizarmos com um legado que na verdade se coloca como um desafio para toda e qualquer prática extensionista que se pretende crítica: a pedagogia de Paulo Freire que é preta de sentido humanizador e pauta a extensão como ação consciente protagonizada por sujeitos capazes de transformar relações sociais. Neste caminho, propõe a substituição do termo “extensão” por “comunicação” (FREIRE, 2020), entendida como prática dialógica, crítica, respeitosa, amorosa e esperançosa.

5. REFERÊNCIAS:

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 26 de agosto de 2022.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto profissional de trabalho. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 22ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo:

Paz e Terra, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2004.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. *Revista Katálisis*. Florianópolis. v.20, n.1, p. 77-85, jan/abr, 2017.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 16, n. Spe bilíngüe, p. 61-71, 2013.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia T. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. In. *Serviço Social e Sociedade*, nº 129, p. 304 - 325. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. A noite dos proletários. *Arquivo dos sonhos operários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RODRIGUES, Aline Andrade; et al. Teleologia e autonomia: estratégias do exercício profissional do assistente social em Santa Catarina. In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). *Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. v. I, p. 77-93.

TABORDA, Elis; OLIVEIRA, Lilian Mann dos Santos de; MACHADO, Mariana Pfeifer . A Autonomia Relativa no Exercício Profissional do Assistente Social. In: Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, 2015, Florianópolis. Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Florianópolis, 2015.